

**IMPACTO
FINANCEIRO
DA
PROPOSTA**

*FONTE:
PROJETO DE
LEI*

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
CUSTO Universidade Gratuita	R\$ 228,4 mi	R\$ 698,2 mi	R\$ 933,8 mi	R\$ 1,2 bi	R\$ 1,3 bi	R\$ 1,3 bi	R\$ 1,35 bi	R\$ 1,4 bi
CUSTO PARTICULARES	R\$ 84 mi	R\$ 140 mi	R\$ 187 mi	R\$ 240 mi	R\$ 252 mi	R\$ 259,2 mi	R\$ 267 mi	R\$ 278 mi
CUSTO TOTAL	R\$ 312,4 mi	R\$ 838,2 mi	R\$ 1,1 bi	R\$ 1,4 bi	R\$ 1,5 bi	R\$ 1,6 bi	R\$ 1,6 bi	R\$ 1,65 bi
RECURSOS JÁ DISPONÍVEIS	R\$ 327,6 mi	R\$ 632,2 mi	R\$ 667,7 mi	R\$ 724,5 mi	R\$ 778,4 mi	R\$ 819,5 mi	R\$ 863 mi	R\$ 908,6 mi
APORTE EXTRA (ESFORÇO SEF)	-----	R\$ 205,6 mi	R\$ 452,8 mi	R\$ 714,1 mi	R\$ 731,8 mi	R\$ 735,7 mi	R\$ 738,7 mi	R\$ 756,8 mi

Diante disso, é importante que o Grupo Gestor de Governo esteja ciente do esforço que será necessário para a viabilização do Programa nestes primeiros exercícios: R\$ 205,6 milhões em 2024; R\$ 452,8 milhões em 2025; R\$ 714 milhões em 2026. Esses montantes deverão ser buscados via redução/alocação de despesas em órgãos e entidades estaduais; ou via aumento de receita.

Clóvis Renato Squio
Diretor do Tesouro Estadual
Auditor do Estado
Matrícula n. 382.024-6

As propostas enviadas à Alesc, em suas justificativas, não contemplam as fases de elaboração de uma política pública, usualmente adotadas como critérios comuns por gestores públicos, recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

9 fases:

- diagnóstico do problema
- formação da agenda
- análise de alternativas
- tomada de decisão
- desenho e institucionalização da política
- estruturação da governança e gestão
- alocação e gestão de recursos orçamentários e financeiros
- operação e monitoramento
- avaliação e extinção

A começar pela primeira fase: o Governo fez esse diagnóstico do problema, tem um levantamento do déficit de formação no ensino superior que estaria atrapalhando o desenvolvimento de SC, a quais cursos se referem, em quais regiões se concentram e, além disso, onde e quantas são as vagas ociosas?

EDUCAÇÃO BÁSICA

A Constituição Federal deixa claro: a EDUCAÇÃO BÁSICA é o direito prioritário a ser garantido pelo Estado. Mas:

A proposta do Governo faz investimento por aluno MAIOR no Ensino Superior do que na Educação Básica.

Investimento Estadual
Função 12 - Educação

R\$
10.468,09
valor aluno/ano
2022
Educação Básica

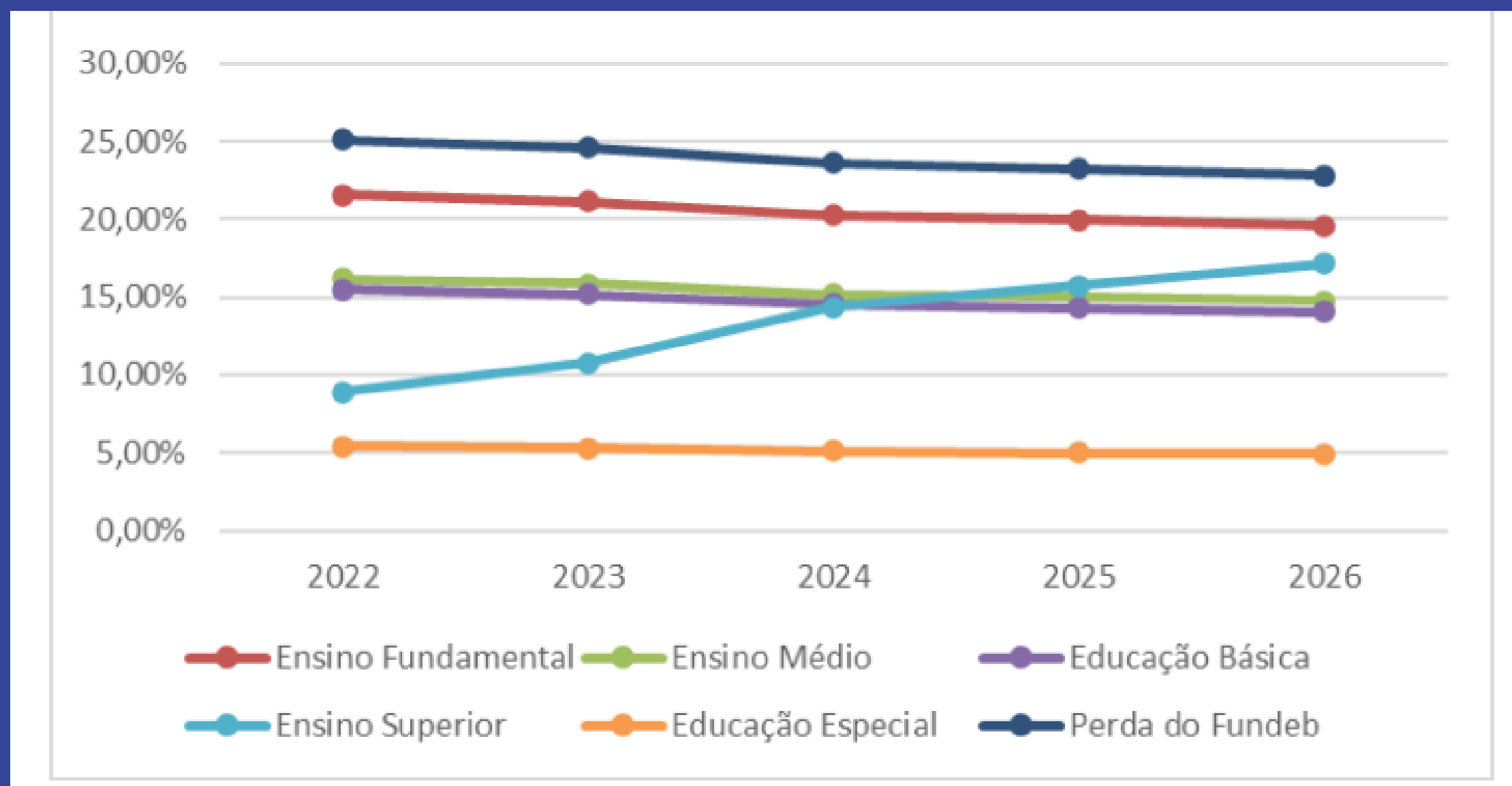
R\$
16.000,00
valor aluno/ano
2026
Ensino Superior

fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) - RELATÓRIO TCE/SC

EDUCAÇÃO BÁSICA

A Constituição Federal deixa claro: a EDUCAÇÃO BÁSICA é o direito prioritário a ser garantido pelo Estado. Mas:

Com a proposta do Governo a aplicação do Orçamento Anual da Educação em Ensino Superior SERÁ MAIOR do que em Educação Básica.



fonte: RELATÓRIO TCE/SC

5 DE CADA 6 ESTUDANTES DEIXARAM DE SER ATENDIDOS PELO BOLSA ENSINO MÉDIO.

Ao mesmo tempo em que o estado reduz **125 milhões** do orçamento destinado ao bolsa estudante para custear despesas com alimentação e transporte escolar dos alunos dos ensinos fundamental e médio, prevê gastar, neste ano, **228 milhões** com o programa “Universidade Gratuita” e **84 milhões** com bolsas para estudantes de instituições de ensino superior.”

EDUCAÇÃO BÁSICA: INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA ESCOLAR

- **31 mil alunos são atendidos em escola SEM ÁGUA POTÁVEL**
- **30 mil alunos estudam em escolas SEM COZINHA**
- **91 mil alunos não têm um laboratório de informática**
- **173 mil alunos não têm quadra, nem coberta nem descoberta**
- **+ de 500 mil estudantes não têm psicólogo escolar**

Fonte: Censo Escolar 2021

-
- 1000 escolas não possuem laboratório de ciências;
 - 244 escolas não possuem biblioteca;
 - 549 escolas não têm ao menos um bibliotecário/auxiliar de biblioteca ou
 - monitor de leitura na escola.

Fonte: Censo Escolar 2022

Sem investimentos anunciados para combater a violência escolar: nem em equipamentos, nem em profissionais de psicologia e serviço social.

MPSC ingressa com sete ações contra o Estado por condição precária de escolas em cidades do Oeste de SC

14/12/2021



Saiba mais



MPSC obtém sentença que obriga Estado a reformar 32 escolas de Blumenau

Inicialmente, ação pedia a reforma de sete escolas, mas, desde o ajuizamento, na década de 1990, a situação piorou sem que o Estado tomasse as providências necessárias. Decisão judicial também exige concurso público para que pelo menos 80% dos professores das escolas sejam servidores efetivos do Magistério.

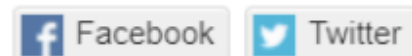
4 DE JULHO DE 2022

15/6/2023



MPSC obtém tutela de urgência e Estado deve solucionar problemas estruturais da maior escola de educação básica de Chapecó

1/7/2022



MPSC ingressa com sete ações para garantir que escolas da Comarca de Coronel Freitas tenham acessibilidade e plano contra incêndio

As Ações Cíveis Públicas ajuizadas pela Promotoria de Justiça de Coronel Freitas requerem que o Estado regularize a precária situação das escolas da Comarca. Os espaços não possuem habite-se, plano de prevenção contra incêndio e acessibilidade.

Justiça bloqueia R\$ 2,3 milhões do governo de SC para reforma em escolas de Itajaí

Reformas devem ser feitas nas escolas Francisco de Paula Seara e Professor Henrique da Silva Fontes

KASSIA SALLES, ITAJAÍ

12/04/2023 ÀS 12H49 - Atualizado Há 2 meses



Capa NSC Total > DC > Educação

Mais de 70% das escolas estaduais de SC têm problemas elétricos

Unidades estaduais não têm condições de instalar lousa digital ou ar-condicionado

02/03/2023 - 08h49 - Atualizada em: 02/03/2023 - 11h15

ED. BÁSICA: METAS DO PLANO EST. DE EDUCAÇÃO NÃO CUMPRIDAS

Várias metas estão longe de serem cumpridas no último ano de prazo. Destacamos a que se refere aos professores:

Na meta 17.6, a rede pública deve ser estruturada com **pelo menos 80% dos profissionais do magistério em cargo efetivo** e em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados. **Mas o percentual atual é de apenas 37% e piorou nos últimos anos.**

fonte: Portal da Transparência sc.gov.br

Mês e ano:	Número de matrículas de profissionais efetivos:	Número de matrículas de profissionais ACTs:
Dezembro de 2015 (mês de aprovação do Plano estadual de Educação)	20.870 (51,30%)	19.816 (48,70%)
Abril de 2023	18.577 (37,01%)	31.621 (62,99%)

A propósito, segundo a pesquisa do Movimento Profissão Docente, o Estado de SC, junto com o do Sergipe, são os únicos do Brasil que não oferecem nenhum tipo de evolução salarial (aumento real) na carreira do magistério.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A Constituição Federal deixa claro: a EDUCAÇÃO BÁSICA é o direito prioritário a ser garantido pelo Estado.

Quais garantias na legislação o Governo oferece de que isso não vai acontecer, ou seja, de que sua proposta não levará ao descumprimento da Constituição Federal?

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Investimento Estadual
Função 12 - Educação
Empenhado 2022

12,6 mi
2022

Ensino Prof
subf. 363

809 mi
2022

Ensino Superior
subf. 364

fonte: (SIGEF)

O Governo estadual **precisa criar 147 MIL VAGAS de ensino técnico profissionalizante no nível médio para cumprir a meta 11 do PEE.** Mas **em 2021 havia menos vagas do que em 2014.**

Educação Profissional

Matrículas por forma de articulação e dependência administrativa, em Santa Catarina – 2022

Forma de Articulação	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	11.680	6.207	-	312	18.199
Ensino Médio Normal/Magistério	-	1.959	-	-	1.959
Curso Técnico - Concomitante	868	1.260	-	5.342	7.470
Curso Técnico - Subsequente	4.789	3.434	41	29.719	37.983
Curso Técnico Integrado à EJA. (Nível Médio)	239	-	-	40	279
Curso FIC Concomitante	30	-	-	1.932	1.962
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA de Nível Fundamental	100	-	556	19	675
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA de Nível Médio	326	55	-	27	408
Total	18.032	12.915	597	37.391	68.935

Educação Profissional

Participação (%) da rede pública nas matrículas, em Santa Catarina – 2022

Das 217.129 matrículas do ensino médio da rede estadual, **apenas 6.207 estavam integradas à educação profissional.**

A União, que não possui competência prioritária no ensino médio, possuía 11.680 matrículas.

Ao todo, o governo estadual oferece menos de 13 mil vagas no Ensino Profissionalizante.

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Considerando a relevância da formação técnica e profissionalizante para o desenvolvimento econômico do estado e para a geração de emprego e renda, o Governo tem uma proposta similar à do ensino superior para reverter essa drástica realidade?

Na proposta, o Governo Estadual não justifica nem apresenta alternativa à retirada de recursos da Udesc com a revogação da atual regulamentação do Fumdes.

Além disso, aumenta os repasses para as comunitárias, filantrópicas e privadas - só não aumenta o repasse para a universidade estadual. Nem faz referências às demandas de assistência financeira dos estudantes da UDESC.

O Governo pretende manter a retirada de recursos da Udesc?

E tem propostas para contemplar a Udesc e seus estudantes nesse aporte de investimentos no ensino superior de SC?

O governo quer revogar a Lei Complementar 281/2005, que demarca em percentuais a proporção 90/10 para distribuição de recursos entre ICF e IP.

No lugar, quer aprovar uma lei que fixa em valores nominais o montante a cada uma, retirando a garantia dessa proporcionalidade 90/10 da legislação.

E, além disso, pelos cálculos, retira - na proporção - 10% do que atualmente cabe às ICF e repassa às privadas, dobrando os recursos que recebem atualmente.

Quais dados relacionados a política pública do Ensino Superior e/ou da Educação justificam essas escolhas que impactam o destino do dinheiro público?

vamos seguir nossa luta e
nosso diálogo tb por aqui:

 @lu.carminatti

lucianecarminatti.com.br

deputada★estadual

LUCIANE
CARMINATTI
MULHER EDUCADORA